

I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial

Realização: FCRB · UFF/PPGCOM · UFF/LIHED

8 a 11 de novembro de 2004 · Casa de Rui Barbosa – Rio de Janeiro – Brasil

O texto apresentado no Seminário e aqui disponibilizado tem os direitos reservados. Seu uso está regido pela legislação de direitos autorais vigente no Brasil. Não pode ser reproduzido sem prévia autorização do autor.

Cartilha Analytica publicada pela Francisco Alves : aspectos da materialidade entre ordenamentos pedagógicos e editoriais.

Isabel Cristina Alves da Silva Frade¹

Desvendar a história da alfabetização, da leitura e dos impressos implica não pensar nos textos apenas como textos, mas como impressos, segundo as definições de Roger Chartier² e de Donald Mackenzie (1991), o que leva nossas preocupações para um campo denominado, por este último, como “*Bibliografia e Sociologia de textos*”. Os impressos/textos que analisamos são produtos de diferentes materialidades: as que se relacionam com os processos de captação dos textos e de contratação de autores, outras ligadas ao processo de produção do impresso, ele mesmo, outras relacionadas ao que se apresenta materialmente como resultado dessas intervenções e, finalmente, muitas outras referidas aos processos de divulgação, compra/venda e uso. Acreditamos que todas essas dimensões são perpassadas por uma rede de influência intelectual e cultural de professores, autores, editores, editoras que dialogam com a interferência política de diferentes reformas pedagógicas que, em determinado período, também incentivam a produção, a compra e o uso de livros pelos professores

A abordagem dessas questões implica na utilização de um conjunto de fontes tais como o próprio impresso, leis e normatizações, relatórios de inspetores e correspondências oficiais em torno do livro didático, assim como o recurso a outras pesquisas que permitem aproximações gradativas em torno dos aspectos da produção, divulgação e uso de cartilhas no âmbito nacional e regional. Em nossas pesquisas atuais, entre elas Maciel (2001), Frade & Maciel (2002/2003), Frade (2003), temos buscado mapear a produção nacional e a produção mineira, na tentativa de contribuir para a complementação e/ou contraponto aos estudos regionais (Mortatti, 2000 e Amâncio 2000) e de dar visibilidade a aspectos da educação mineira e brasileira pouco explorados. Mas fazemos isso tomando como ponto de partida a Província/Estado de Minas Gerais.

Na possibilidade de investigar a presença e circulação de livros dos quais possuímos apenas os impressos ou citações bibliográficas, temos buscado outras fontes, como algumas leis e correspondências existentes no Arquivo Público Mineiro, para estabelecer um conjunto de indícios e suposições sobre a produção, circulação e uso do livro didático nas escolas públicas mineiras. Em estudo exploratório (Frade 2003), priorizei a fonte Arquivo Público Mineiro para estudo do autor mineiro Arthur Joviano, utilizando-me da análise de pedidos, remessas, cartas de professores em Minas Gerais,

¹ Professora da Faculdade de Educação da UFMG e pesquisadora do Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita da FAE/UFMG. Este artigo analisa resultados parciais de pesquisa coordenada pela autora e desenvolvida com recursos do CNPQ denominada “Cartilhas escolares de alfabetização: ideários, práticas pedagógicas e editoriais”

² Roger Chartier ressalta aspectos da materialidade dos textos no prefácio que faz à obra de Donald Mackenzie e discute mais detalhadamente a diferenciação entre texto e impresso na obra *Práticas de Leitura*, de 1996

de 1906 a 1925, não deixando de cruzar informações relativas a outros livros e a outras fontes no período. No mesmo período, foi possível constatar a coexistência de títulos publicados por autores não mineiros e editoras de outras localidades. Assim, coexistindo com o incentivo à produção mineira de cartilhas e à reforma de ensino presente no Estado (Israel Pinheiro, 1906) que incentiva através de concursos a produção de material regional (Frade, 2003, Maciel, 2003), encontramos, entre 1889 e 1930, uma recorrência muito grande, nos inventários, nos pedidos e remessas, de dois títulos também publicados pela Francisco Alves: a *Cartilha Nacional*, Hilário Ribeiro e a *Cartilha Analytica*, de Arnaldo Barreto.

Estes livros não partilham da mesma tendência metodológica: o primeiro representa uma tendência presente nos métodos sintéticos (que partem de segmentos menores da língua, que sintetizados formarão o todo), o segundo escolhe o caminho inverso, a marcha analítica que parte do todo para as partes. Elegemos, para um estudo mais aprofundado, a *Cartilha Analytica* de Arnaldo Barreto, por dispormos de mais exemplares que permitem comparações e pelas evidências de sua expressiva circulação nas escolas de Minas Gerais.

A *Cartilha Analytica*: dados sobre o autor e sobre a produção e circulação em Minas Gerais

Arnaldo de Oliveira Barreto, autor paulista da *Cartilha Analytica*, foi inspetor, diretor, professor de escola normal e editor da Revista de Ensino, e também autor da *Cartilha das Mães*, publicada a partir de 1896 (Mortatti, 2000, p.92). A documentação do acervo da Francisco Alves permite precisar data da primeira edição, assim como dados contratuais entre autor e editora:

Arnaldo de Oliveira Barreto vendeu à Francisco Alves & Cia., por contrato assinado 9 de novembro de 1907, todos direitos autorais, em definitivo, sobre a sua obra Cartilha Analytica, por Rs 7.000\$000 (sete contos de réis), de que recebeu no ato Rs 4.000\$000 e os restantes Rs 3.000\$000 em prestações mensais de Rs 500\$000, a partir de 1º de dezembro do mesmo ano. A primeira edição foi lançada em 1909.

Em 31.12.1914, o sr. Arnaldo de Oliveira Barreto recebeu da Livraria Francisco Alves, Rs 3:000\$000 pelas modificações feitas nos seguintes livros: Cartilha das Mães, Cartilha Analytica e Primeiras Leituras e revisão geral das provas dos mesmos livros nas primeiras edições modificadas (dados coletados por Aníbal Bragança no Livro de Contratos da Livraria Francisco Alves).

Quais materialidades garantiram a divulgação dos livros, além das posições intelectuais e pedagógicas dos autores? A correspondência abaixo, encontrada no Arquivo Público Mineiro, entre 1883 e 1930, permite verificar estratégias editoriais.

SI 2855 (1909)³

*Secretaria do Interior, 30 de julho de 1909 n° 160
4ª secção
Snr. Francisco Alves e Cia*

³ Documento encadernado da Secretaria do Interior, com o código numérico da encadernação e ano

Rio de Janeiro, Rua do Ouvidor, 166

Estando esta secretaria de posse dos exemplares da “Cartilha Analytica” que oferecestes ao Estado para suas escolas, cumpre(sic) vos agradecer, em nome do governo desse xxxx Estado, tão generosa quao valiosa offerta.

A correspondência evidencia uma estratégia editorial de envio de exemplares para o sistema público de ensino e, como não é possível verificar o número de exemplares, nem confrontar este número com o número de escolas ou de professores, fica apenas a constatação de que as escolas, em geral, tiveram acesso a exemplares mediante doação. Alguns anos depois, constata-se uma incorporação do material nas práticas de alfabetização, pelo teor de diversas correspondências como esta:

SI 3859 (1913)

Secretaria do Interior do Estado de Minas Gerais nº 32

O Sr. Francisco Alves Houp. Vem fornecer a esta secção o seguinte material:

80 cartilhas Analytica, de Arnaldo Barreto

20 Livros de Leitura, de Thomaz Galhardo

7ª secção da Secretaria do Interior, 14 de janeiro de 1913

O fato é que esses dois livros convivem com outros de produção mineira, de autores mineiros, sobretudo com a produção de Arthur Joviano, denominada *Primeiro livro de Leitura*, que aparece nas remessas e envios, em Minas Gerais, de 1909 até 1925.

⁴ Percebemos nas remessas a coexistência de títulos de outros estados, de autores diversos, de métodos diferentes e o declínio de alguns, nos pedidos de professores. Alguns autores de cartilhas são preteridos, mas sua produção em coleção graduada ganha relevo, a partir de pedidos do 2º, 3º livros de leitura de autores como Francisco Viana e Tomaz Galhardo. Afinal, há formas de permanência para muitos (editoras e autores) em outros desdobramentos do ensino de leitura, conforme pedido seguinte:

SI 3929 (1916)

Grupo Escolar DE s. João Nepomuceno

Relação do material didático que vae ser fornecido pela casa F. Alves e Comp., do Rio:

50 Cartilhas Analyticas

50 Segundo Livro, F. Vianna

50 Segundo Livro, T. Galhardo

40 Terceiro Livro, F. Vianna

7ª secção da Secretaria do Interior, Belo Horizonte, 27 de junho de 1916

Recebi os objetos constantes desta lista. São João Nepomuceno, 9 de agosto de 1916 – A directora Asteria Dalle da Silva

Por outro lado, fonte da *Revista de Ensino* de 1930 indica tanto uma adoção oficial quanto um deslocamento de uso da *Cartilha Analytica* para escolas rurais, enquanto são adotados oficialmente outros livros para as escolas urbanas, de autores mineiros, porém produzidos também pela Francisco Alves.

⁴ FRADE (2003) elege esse autor e seus livros como foco, em estudo sobre as condições de produção, divulgação e circulação de cartilhas em Minas Gerais, no início do século XX. Cartilhas desse mesmo autor foram publicadas, posteriormente, pela Francisco Alves, em meados da década de 20.

No arquivo público mineiro também são encontradas algumas correspondências, entre 1883 e 1930, que indicam acordos comerciais entre editoras e secretarias, formas de transporte do material, entre outras, destacando-se nelas, a presença quase total dos registros apenas para a Francisco Alves Alves e Imprensa Oficial do Estado.

SI 4155 (1926)

Exo Snr. Secretario do Interior do Estado de Minas Gerais

Paulo de Azevedo & Cia, proprietarios da “Livraria Francisco Alves”, negociantes nesta praça, editores dos livros abaixo mencionados, todos elles approvados e adoptados pelo illustrado conselho da instrucção deste estado, vêm propor a essa secretaria o fornecimento dos mesmos para o próximo anno lectivo, pelo preços e condições abaixo especificadas:

A. Barreto – Cartilha Analytica, 1\$500 com 30% desconto, ou 1\$050 liquido

J. Kopke – Primeiro Livro de Leitura, 2\$500 com 30% de desc, ou 1\$750 liq.

J. Kopke – Segundo livro de Leitura 2\$500 com 30% de desc, ou 1\$750 liq.

J. Kopke – Terceiro livro de Leitura 2\$500 com 30% de desc, ou 1\$750 liq.

O. Bilac – Contos Patrios, 3\$500 com 30% de desconto, ou 2\$450 liquido.

B.P.R. – Leitura Manuscripta, 1\$500 com 30% desconto, ou 1\$500 liquido.

A. Cintra – Lições para o ensino de leitura, 1\$500 com 20% de desconto, ou 1\$200 liquido.

J. Lucio Brandão – Livro de Zezé, 2\$500 com 30% de desconto, ou 1\$400 liquido.

T. Galhardo – Segundo Livro de leitura, 1\$500 com 30% de desconto, ou 1\$050 liquido.

J. Lucio Brandão – Livro de Elza, 3\$000 com 20% de desconto, ou 2\$400 liquido.

J. Lucio Brandão – Livro de Ildeu, 4\$000 com 30% de desc. ou 2\$800 liquido.

Joviano – Primeira Leitura, 2\$000 com 30% de desconto ou 1\$400 liquido.

Todos os livros acima são solidamente cartonados, bem impressos e profusamente ilustrados.

Os preços desta proposta referem-se a mercadoria posta no almoxarifado dessa repartição sem nenhum outro onus para o estado.

Pedimos permissão para salientar a V. Exa que apesar do encerramento geral da mão de obra e das despesas de transporte, continuamos a manter nesta proposta os mesmos preços dos fornecimentos anteriores, sem prejudicar, entretanto, a parte material dos ditos livros.

E. Deferimento

B. Horizonte, 14 de Agosto de 1926.

A correspondência acima indica que a produção, assim como a oferta se relaciona com acordos de aprovação do Conselho de Instrução, com indicações de suas qualidades materiais e com a disponibilização de almoxarifados para armazenagem. Além disso, parece que as escolas e seus diretores, ou professores por intermédio de inspetores, tinham autonomia para fazer seus pedidos diretamente à editora:

Srs. Francisco Alves H. Rio de Janeiro

“Podeis despachar para o Grupo Escolar de S. Sebastião do Paraíso os objetos constantes da inclusa relação consignando os volumes do respectivo diretor Sr. Gedor Liloeira – Linha Mogyana.

Saudações

Americo Lopes

Objetos encomendados à Livraria Alves no Rio de Janeiro, para o Grupo Escolar de S. Sebastião do Paraíso:
8 compêndios de Lingua Pátria, por Lindolpho Gomes
100 Cartilhas Analyticas de Arnaldo Barreto
100 2º Livro de Francisco Vianna
50 Patria Brasileira, de Bilac”

Cartilha Analytica: um estudo do impresso



Capa 1923

Para o estudo da *Cartilha Analytica*, destinada ao ensino das primeiras letras, são necessárias algumas perguntas: quais eram os dispositivos pedagógicos próprios deste material de introdução escolar às práticas de leitura e escrita? Qual a relação dos aspectos materiais e gráficos com o desenvolvimento da pedagogia da alfabetização? Sendo um livro que intenta ensinar a ler, como se apresentam os aspectos inerentes a este objetivo? Seriam estes livros próximos de outros utilizados como séries graduadas? Seu conteúdo difere dos outros? Como a pedagogia aparece em suas páginas? Como se relacionam imagem e texto em suas páginas? Pode-se depreender critérios que explicam sua *mise en page*? Como se cruzam, em seu interior, a influência dos métodos de ensino empregados em determinada época e os métodos de ensino da leitura, hoje por nós denominados de alfabetização?



Capa 1963

Para esta análise, poderíamos dialogar com alguns estudos que tomam como objeto os livros de série graduada que, diferentemente dos livros de primeiras letras que visam o processo inicial de *aquisição*, parecem objetivar o *desenvolvimento* da leitura.

Pesquisa de Batista *et al* (2002) apresenta uma análise de um corpo extenso de livros de leitura, do final do século XIX até meados da década de 70 do século XX, analisando seus usos escolares, seus tipos, gêneros, existência de exercícios, classificando-os em modelos de livros de leitura ligados aos seguintes princípios de didatização: modelo da leitura manuscrita; modelo instrutivo; modelo formativo, modelo retórico-literário e modelo autônomo. Estudo de Oliveira & Souza (2000) analisa comparativamente duas séries graduadas⁵: a de Felisberto de Carvalho e a de Puigari/Barreto, chamando atenção para o papel destes livros na escola brasileira. Sendo o livro de leitura o único livro permitido nas escolas públicas no final do século XIX e início do século XX, estes cumpriam diferentes funções: apresentar-se como um objeto cultural, ensinar a leitura, mas também ensinar outros conteúdos, estes vinculados ao ensino da primeira. Na análise do conteúdo as autoras vinculam a série de Felisberto de Carvalho aos conteúdos das áreas de Ciências Físicas, Biológicas e Higiene previstos nos programas de ensino, aproximando o livro de leitura do formato enciclopédia. Para a série Puigari/Barreto os conteúdos indicam o intuito de apresentar assuntos de cunho moral e cívico, poesias e histórias do dia-a-dia. Ambos eram possivelmente destinados às aulas de leitura e, em suas progressões por ano e por lições evidenciam a construção de uma metodologia para o ensino da leitura, assim designada pela pesquisa citada: leitura elementar (aquisição do código), leitura corrente (fluência e

⁵ Os livros denominados séries graduadas eram utilizados do primeiro ao último ano da escola primária e cada livro equivale a um ano letivo.

compreensão) e leitura expressiva. Os livros também indicam para o professor como e quando trabalhar, através de suas indicações explícitas em instruções, pela transformação do texto em lições. Concentrando a análise mais nos conteúdos e em alguns aspectos gráficos e de formato e a análise da presença de exercícios, o estudo não opera com a diferença entre os livros para ler ou para o desenvolvimento da leitura e os livros para aprender a ler, mais típicos da *leitura elementar*.

O que distingue os livros para ensinar a arte de decodificar? Sendo um material que introduz alunos e professores na forma escolar da cultura escrita e que evidencia aspectos da história da escolarização de alguns conteúdos relacionados ao ensino inicial da leitura, quais seriam os vestígios e marcas deste processo?

A existência de pelo menos cinco exemplares da *Cartilha Analytica*, em nossos acervos, permite que efetuemos uma série de hipóteses sobre os cruzamentos entre os aspectos pedagógicos e editoriais e também sobre a especificidade das cartilhas na cultura do material didático. É o que trataremos de aprofundar neste item, levantando algumas influências: dos métodos de ensino que influenciam a feitura do material; dos métodos de alfabetização; dos ordenamentos e reordenamentos gráficos que indicam formas de escolarização do impresso cartilha e, mais especificamente das mudanças no formato gráfico-editorial que indicam a relação entre as técnicas e a pedagogia.

Imagem e texto: o método intuitivo na gênese desta relação

Difícilmente saberemos das motivações técnicas que fazem o exemplar da *Cartilha Analytica* de 1923 um mosaico de recursos que faz com que cada página seja uma surpresa, que o contrapõem a livros brasileiros impressos em outros países, no



Primeiro Livro de Leitura de Maria Guilhermina. American Book Company

final do Século XIX e início do século XX, como por exemplo, o “*Primeiro Livro de Leitura*” da possivelmente carioca Maria Guilhermina de Andrade, publicado em 1894 e impresso pela Editora *American Book Company* ou mesmo do livro de coleção graduada do próprio Arnaldo Barreto e Romão Puigari, publicado pela Francisco Alves, ambos como exemplo de projeto gráfico bastante uniforme, portanto previsível página a página. Cartilhas portuguesas que circularam na mesma época, talvez pudessem ser um parâmetro externo de comparação e o exemplar da “*Cartilha Escolar*”, de

Domingos Cerqueira, da coleção Lelo, da Livraria Chardron de Porto/Portugal, que também apresenta um projeto gráfico bem uniforme em termos de recursos e *mise en page*.



Coleção Puiggari Barreto. 2º Livro de Leitura - Livraria Francisco Alves



Coleção Escolar Lelo. Cartilha Escolar: ler, escrever e contar – Livraria Chardron. 6

De maneira geral, para compreender diferentes aspectos da *Cartilha Analytica* seria preciso verificar materialidades referidas ao custo das obras, descobrir informações sobre produção de projeto gráfico em geral, conhecer problemas ligados às técnicas de impressão, no Brasil, de gravuras e textos na mesma página, uma vez que possivelmente o exemplar de 1923 não faz parte de um conjunto de livros da Francisco Alves que foram impressos fora do país (Bragança, 1999, COLE). Como dispomos da edição de 1923 que possivelmente circulou quando o autor era vivo e de edições que circularam três décadas após a sua morte⁶, também sabemos que não foi Arnaldo Barreto o autor das modificações, mas também não sabemos quem realizou as modificações. Resta descrever o material apenas a partir do que pode ser identificado no impresso: o tipo de papel de baixa qualidade das diversas versões (provavelmente tipo bufã); as técnicas de impressão tipográfica nas várias edições; as variadas formas de desenhos e outros símbolos da edição de 1923 feitas em bico-de-pena, desenho de aguada, aquarelas, fotografia, caracteres tipográficos em forma de vinhetas, molduras, etc. que dão a impressão de que não são gravuras feitas especialmente para o livro, mas talvez copiadas de catálogos ou de outros impressos como almanaques, o que lhes dá o efeito de impressão sobre impressão. Verifica-se nas demais versões pós-década de 50 o uso de vinhetas impressas em forma de clichê tipográfico e a utilização de desenhos com pincel e bico-de-pena. A redução das técnicas de ilustração nas edições posteriores a 1950, apesar de causar certo empobrecimento na qualidade estética dos desenhos, designa a existência de um projeto gráfico mais unificado. Todos os desenhos que abrem as lições são feitos com a mesma técnica, embora sejam percebidos alguns problemas de registro (casamento de cores durante a impressão). Isto que possibilita que vejamos cores saindo para fora dos contornos, denotando um processo mais artesanal de impressão. Mas, vamos aos indícios que levam a possíveis interpretações que se cruzam com a pedagogia.

A página de rosto da *Cartilha Analytica de 1923*, apresenta de entrada os “Aphorismos de Pestalozzi”:

“- cultivae as faculdades em sua ordem natural; formae primeiro o espírito, para instruil-o depois. Primeiro a syntese, depois a analyse. Não a ordem do assunto, mas a ordem da natureza”

Abaixo, eis o texto que inicia o diálogo do autor com os professores, que anuncia brevemente posições teóricas presentes no livro, que podem ser incorporadas pelos professores e realizadas externamente e anteriormente ao trabalho com a cartilha propriamente dita:

“ Provocar, em palestra, a observação dos alumnos sobre um objecto ou estampa qualquer, levando-os a enunciarem sentenças (cinco ou seis nas primeiras lições) relacionadas umas com as outras, de modo que o objeto lógico de uma seja empregado com o sujeito da sentença immediata, formando o todo

⁶ Arnaldo Barreto faleceu em 1925

uma sentença descritiva do objeto ou estampa que sirva de assumpto da lição. Deve-se esforçar para que as sentenças correspondam a natural vivacidade do espírito infantil. Demais, é preciso ter-se em vista os dois fins da educação: o disciplinar e o instrutivo. Sob o aspecto disciplinar, cada disciplina (como a própria palavra o está significando) tem por objeto, além de treinar as faculdades mentaes, acostumar o alumno a observar, a raciocinar e a exprimir com clareza as suas idéias. (p.95 – Arnaldo Barreto)

O trecho parece bastante compatível com a divulgação do método de ensino intuitivo ou método de lições de coisas, criado no século XIX, que teve como grande divulgador Calkins, autor *Lições de Cousas*, também publicado pela Francisco Alves⁷. O método intuitivo tem como princípios epistemológicos os seguintes pressupostos:

“ o ato de conhecer tem início nas operações dos sentidos sobre o mundo exterior, a partir dos quais são produzidas sensações e percepções sobre fatos e objetos que constituem matéria- prima das idéias. As idéias assim adquiridas são armazenadas na memória e examinadas pelo raciocínio, a fim de produzir o julgamento” (Valdemarin, 2000, p.77/78).

Como pressupostos pedagógicos decorrentes tem-se a crítica à abstração, a defesa do movimento que vai do mais simples para o mais complexo, do que se sabe para o que se ignora. Mas,

“dada a preposição de que os sentidos são os instrumentos determinantes para a aquisição do conhecimento, os objetos a serem utilizados no ensino, isto é, postos para serem observados, assumem papel fundamental, pois são a garantia de que o conhecimento não seja meramente transmitido, mas gerado com base no contato com o objeto.” (op cit,p.77).

A ênfase nos sentidos e na observação vai se concretizar em quais procedimentos? Que materiais seriam adequados para o ensino?

Márcia Razzini observa repercussões do método intuitivo nos livros didáticos:

No Brasil, o método intuitivo, referido pela primeira vez em 1879 na Reforma Leôncio de Carvalho, chegou primeiro através de alguns compêndios de “Lições de Coisas”, inspirados em similares franceses. Em 1886, a Tipografia Nacional publicou as Primeiras Lições de Coisas do americano Norman Allison Calkins, com tradução e adaptação de Rui Barbosa. A difusão do método intuitivo influenciou desde cartilhas de alfabetização até livros didáticos de várias matérias (2003:7).

O conjunto de pressupostos metodológicos vai gerar uma série de recursos didáticos que irão desde a utilização de um objeto concreto e próximo nas atividades

⁷ A circulação de idéias em torno do método intuitivo é atestada por comentários e lista de pedidos de material consultados no Arquivo Público Mineiro. “ Accusando o recebimento do vosso officio...É o seguinte o fornecimento de livros feitos ao estabelecimento que dirijo: um dicionário de João de Deus e dois volumes das lições de cousas de Calkins, tres (3) volumes das Lições de Cousas de Calkins, remetidos pela Casa Alves do Rio de Janeiro...O diretor, Fausto Souza. SI2893 (1911)

de sala de aula - o qual vai evocar um conjunto de procedimentos mentais incentivados por indagações que incentivam ou dirigem a observação - até a produção de cartazes com estampas que vão substituir estes objetos, ou de livros didáticos que carregam em sua configuração textual e gráfica estes ordenamentos. Sobretudo para as áreas de ciências naturais e exatas, os procedimentos de observação de objetos, coisas e estampas vão gerar, em última instância, o procedimento da descrição que vai substituir tanto o objeto quanto as gravuras. Também no ensino da leitura, área bem mais fluida, o uso de ilustrações em cartilhas é defendido por vários autores, como Dordal (citado por Mortatti, 2000), que apresenta como indício de cartilhas modernas do início do século: “conter figuras, desenhos nítidos e elegantes de objectos, animais ou coisas que a criança conheça ou precise conhecer”. Nossa análise permite supor que, mais do que amenizar e facilitar o ensino da leitura, esta concepção intuitiva parece condicionar os próprios textos.

Vejamos como este ideário aparece na primeira lição da cartilha em duas edições diferentes:

1. *Eu vejo um menino*
2. *Este menino chama-se Paulo*
3. *Paulo tem uma bola.*
4. *Vocês estão vendo a bola?*
– *A bola é azul.*



Edição de 1923



Edição de 1963

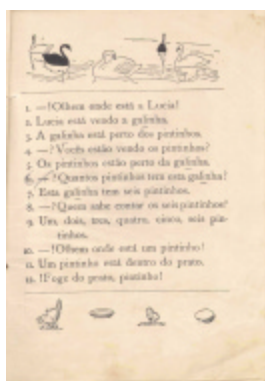
Do ponto de vista apenas textual, e aqui nos reportamos às idéias de Roger Chartier que indica pistas para a análise do “*mise en texte*”, o uso de expressões como “eu vejo” ou “vocês estão vendo?” presentes na maioria do texto, como incentivo à observação através da visão, permite compreender melhor a emergência de um gênero textual descritivo, tipicamente escolar e tão estranho aos nossos olhos hoje, que permaneceu até a década de 90 do século XX, em várias cartilhas mineiras. Por outro lado, ao recorrermos ao conjunto de pistas também apontadas por Roger Chartier, que indicam que o texto sofre ordenamentos do mundo do impresso, ou melhor, o *mise en livre*, poderíamos tecer outras indagações sobre as interferências de ilustradores ou do editor nas páginas da cartilha. A necessidade de trabalhar com variáveis que são do campo pedagógico e outras do campo gráfico, faz o desenho adentrar-se no texto da edição de 1923, que tem sua configuração textual moldada na descrição da estampa, sem a qual carece de sentido, e sua configuração gráfica moldada pelo tamanho do desenho escolhido. Mas, afinal, podemos ter indícios sobre como se administrava a escolha do recurso?

São contraditórias as palavras de João Kopke, adepto dos métodos analíticos, por oposição aos sintéticos que vigoravam até o final do século XIX, ao defender que os professores não necessitavam ser desenhistas para usarem o método analítico explicando que “o desenho nada ensina, mas apenas auxilia, concretizando as palavras escritas do texto”, uma vez que, ao mesmo tempo, sugere que os mesmos recorram a estampas, mediante o uso de clichês tipográficos ou de “*chromos tão fáceis de achar*

por estes tempos de cartazes reclamáticos e folhinhas de graça” (citado por Mortatti, 2000, p. 109). João Kopke cita Roca Dordal, exemplificando o processo que tem na estampa sua origem:

“A idéia, que vos aqui me propuz dar, tomando, ao acaso, uma estampa, sobre ela inventando um cantosinho, e organizando exercícios que partindo do todo – palavra, os alunos chegam aos elementos – phonemas, e, simultaneamente, leiam e escrevam, somente poderá approximar-se da verdade e ser profícua si imaginardes que, escolhidas estampas mais apropriadas, em vez de um conto, sucessivos contos irão fornecendo as palavras a fixar, e o quadro final nascerá de um jacto, mas será a resultante de pequenos quadros, que cada lição, convenientemente dosada, for organizando”. (citado por Mortatti, p. 111)

O autor continua explicando que se houver um elo entre as estampas, melhor ainda haverá um elo de ligação que levará os alunos a ter maior interesse. Sendo assim, ao invés de o desenho ilustrar o texto, o texto é que se subordina à ilustração. Se formos pensar na mesma lógica na transferência deste recurso para o livro impresso, talvez possamos entender o porquê da dificuldade de ligação entre os textos da *Cartilha Analytica* e a causa das escolhas aparentemente disparatadas de ilustrações tanto coloridas como em preto-e-branco, mediante o uso de técnicas variadas reproduzidas em clichês que parecem ter sido tomados ao acaso, com base no que era possível encontrar no momento da produção do livro. Denotando um possível aproveitamento de recursos gráficos, temos iniciando na página 17 da edição de 1923, uma moldura com cisnes que não se relaciona de maneira nenhuma com o texto da página.



Edição 1923/ pg. 17

Imagina-se que estejam aí colocados para evitar um problema gráfico: o da existência de muitos espaços em branco em uma página. Supostamente esta composição também se relaciona com a necessidade estética de amarrar a página.

Curiosamente, verifica-se em outro livro do autor, a “Cartilha das Mães” também publicado pela Editora Paulo de Azevedo Ltda - São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, possivelmente em final do século XIX (Mortatti, 2000:p.92), o mesmo recurso de moldura, com os mesmos clichês de cisnes que foram usados na *Cartilha Analytica*.

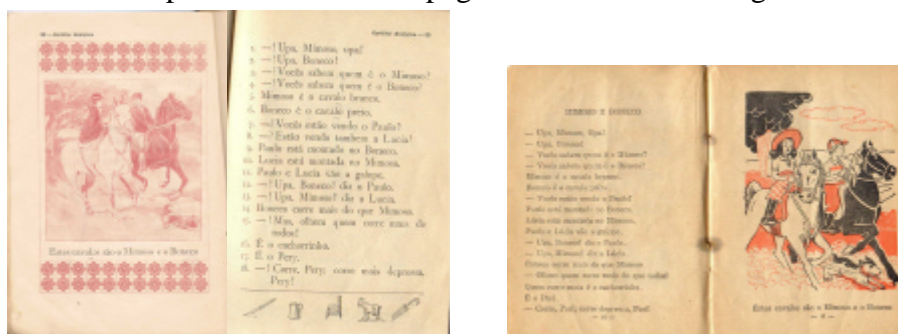
Assim, nas escolhas que levam a essas composições de páginas temos tanto os recursos da pedagogia, que indicam formas de escolarização como ordenamentos do campo da edição, que levam a uma certa “visualidade”.

Não se pode dizer o mesmo das revisões feitas nas edições posteriores. Na edição que circulou em Minas Gerais, em 1962, já com indicação das adaptações feitas no livro para o Estado de Minas Gerais, vamos encontrar, além de mudanças textuais, a padronização das ilustrações em duas cores que convivem bem com o texto, ressaltando-se a conservação de alguns desenhos de bico de pena feitos na edição de 1923, entretanto, melhor posicionados na página. Talvez tenham permanecido exatamente estes, por serem de produção mais autônoma em relação às estampas trabalhadas pelo autor do livro nas primeiras edições, denotando também uma preocupação com o projeto gráfico que escapa de certa intervenção pedagógica.

Na três edições analisadas a partir de 1955, parece haver uma intervenção editorial na escolha das técnicas e uma certa padronização gráfica que, contrariamente às hipóteses levantadas sobre a edição anterior, parece encaixar a ilustração no texto, posicionando-a sempre no mesmo lugar, antes do título e acima dos textos. Além disso, todas os textos passam a contar com títulos, protocolo inexistente na edição anterior.

Quando observamos os padrões tanto gráficos, quanto imagéticos existentes nas edições quase idênticas de 1955 (63^A ed.), 1963 (70^a Ed.) 1967 (74^A ed.), com exceção de alguns centímetros a mais ou a menos no formato e na escolha da segunda cor em algumas cenas, vislumbramos a presença de um projeto unificado, com cenas mais estilizadas a partir da mesma técnica de desenho, com uma representação talvez mais próxima de um certo universo da criança. Além disso, há uma uniformidade na página que não carrega muitos resquícios, nem da escolarização do uso do livro, nem da postura metodológica que incentiva a análise de unidades lingüísticas menores, tais como a de palavras e sílabas, presentes edição de 1923. Talvez isto também explique as alterações entre as duas capas já apresentadas anteriormente. Na primeira, letras que aparecem em blocos “manipuláveis”. Na segunda, letras aproximadas que remetem para palavras inteiras.

Outra mudança que se opera e que, ao nosso ver, altera em muito o papel da imagem para introdução e antecipação do que vai ser descrito no texto, é seu deslocamento nas edições posteriores. Em algumas lições de 1923, aparece uma página de abertura (à esquerda) com uma imagem que ocupa quase toda a página (com apenas uma frase) apresentando-se na página vizinha (à direita) o texto descritivo. Nas edições 63a, 70a e 74a analisadas aparece o mesmo texto em página dupla, mas com uma inversão: primeiro o texto (à esquerda) e, à direita, a imagem com a frase. Este deslocamento do olhar do leitor que funciona como protocolo de leitura, não seria importante se fôssemos considerar os pressupostos dos métodos analíticos que operam com o texto como unidade de significado. Entretanto, em relação aos pressupostos do método intuitivo de ensino, que incentiva primeiro observar as coisas, há uma mudança radical evidenciada no posicionamento das páginas de texto e de imagem.



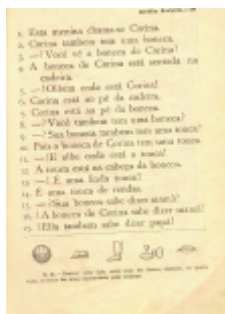
Devemos considerar que o uso de ilustrações está presente nas cartilhas sintéticas produzidas antes e depois dos métodos analíticos, mas talvez o uso deste recurso no caso da *Cartilha Analytica*, edição de 1923, tenha sido resultado de um jogo entre a materialidade e regras do campo editorial e as motivações pedagógicas ligadas ao método intuitivo que estão na gênese das lições. A própria escolha das imagens nas primeiras edições atesta esta observação: são variadas as técnicas, os cenários e cenas evocam uma apropriação de imagens do universo europeu, com algumas referências ao universo infantil e outras ao universo adulto, num mosaico de gravuras que pode ter sido retirado de um catálogo de imagens vindo da Europa, como modelo para as casas

editoras brasileiras. Junte-se a esta consideração o fato de não se ter uma profissionalização de ilustradores à época da produção da primeira edição. Talvez o tipógrafo tivesse que fazer escolhas de junção de imagem e texto para além das idéias colocadas pelo autor: daí a diversidade de técnicas, de padrões gráficos, estes subordinados aos recursos a que se tinha acesso. A pouca intervenção no projeto gráfico contrapõe-se a livros do mesmo autor, da mesma época, possivelmente impressos fora do Brasil (exemplar 2 da série graduada Puiggari-Barreto) uma vez que nestes últimos verifica-se um planejamento mais uniforme de recursos e de projeto gráfico.

Alterações nas marcas de escolarização

As marcas da escolarização de saberes da alfabetização presentes na primeira edição, podem ser evidenciadas em várias dimensões que trataremos a seguir, ao comentar alterações.

Uma importante modificação, entre a edição de 1923 e as seguintes, refere-se à retirada da letra manuscrita que inicia as primeiras lições, característica tipográfica também presente na página 77 do exemplar de 1923. Talvez uma preocupação do autor em aproveitar a familiaridade das crianças com textos manuscritos, escritos nos quadros negros como sugestão de trabalho a ser feito antes da entrega da cartilha, caracter tipográfico logo depois abandonado para apresentação apenas de tipos descontínuos presentes na cultura do impresso no restante das lições. Mesmo assim a presença do texto manuscrito é coerente com a idéia do autor de que o ensino da escrita deve caminhar paralelamente ao da leitura. Se desaparece nas outras edições, é se espera que a familiaridade com os textos impressos seja maior? É porque se separa o suporte para escrever com letra manuscrita (cadernos, quadro, caixas de areia) do suporte para ler que apresentaria grafismos e tipografia mais próxima da escrita de imprensa?



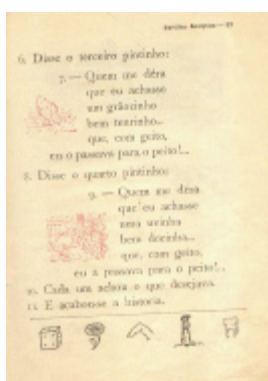
De outra forma, e observando a página 31 da edição de 1923, entre outras, constatamos a existência de sinais de interrogação e exclamação, antes da frase, assim como o uso de numeração da cada frase do texto a ser lido que possivelmente apresentam-se como pistas exclusivamente pedagógicas: no primeiro recurso, tenta-se garantir uma leitura expressiva e com compreensão, fornecendo-se pistas sobre pontuação, no segundo caso é preciso direcionar as atividades coletivas e também treinar os alunos na localização de frases a partir da numeração que o professor indica.

Esta numeração talvez tenha servido também para uma leitura salteada e oral na sala de aula⁸, talvez relevante controle pedagógico mas problemática para uma certa linearidade que ajuda na compreensão da leitura. Estes recursos também não aparecem nas edições posteriores. A ausência de títulos na primeira edição e sua introdução nas seguintes também indica a formação de novos modos de ler e de novos protocolos de leitura para iniciantes.

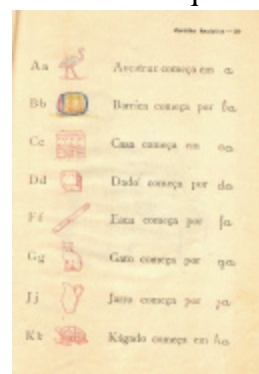
Outra marca da pedagogia seriam as instruções dadas aos professores em algumas páginas internas e ao final do livro, indicando uma correta apropriação do

⁸ Encontramos o mesmo recurso de numeração de frases na *Nova Cartilha Analítico-sintética*, de Mariano de Oliveira, publicada pela Editora Melhoramentos, na 173^a Ed, em 1956. Numa breve análise de outras cartilhas que circularam na mesma época não se verifica o recurso de numeração, talvez porque na escolarização da alfabetização ou no manuseio da lição, não seja mais considerada necessária.

trabalho com as lições, presente na edição de 1923. O mesmo não ocorre com as edições seguintes. Esta pista pode ser interpretada de várias maneiras. Uma explicação talvez se deva ao processo de formação de professores para utilização dos métodos globais: não é preciso instruir em detalhes uma metodologia já apropriada pelos professores alfabetizadores. Uma segunda hipótese refere-se ao fato de que o detalhamento feito pelo autor indicava uma série de abordagens das relações entre sons e letras que deveriam ser feitas quatro meses antes do trabalho com o livro. Nas edições posteriores analisadas consta a aprovação pelo governo do Estado de Minas Gerais, talvez compatível com as instruções de utilização de métodos globais. Presume-se que a “*Cartilha Analytica*” modificada não entra num confronto com os métodos globais de contos e de historietas, já amplamente divulgados e difundidos no estado de Minas Gerais que defendiam que os textos fossem lidos em sua inteireza. Assim, o processo de análise precoce de segmentos como palavras e sílabas talvez estivesse em desacordo com um modelo de livros referidos aos métodos globais (como “*O livro de Lili*” adotado pela Secretaria de Estado de Minas Gerais). Finalmente um livro sem vinculação explícita com exercícios de alfabetização também se presta a outros usos, quem sabe como um possível livro de leitura a ser utilizado após o período alfabetização.



Alterações na posição metodológica permitem compreender um outro conjunto de alterações constatadas: a retirada, nas edições posteriores, de todos os exercícios que focalizavam unidades menores da língua, tais como “Aa (desenho de avestruz) começa com a”, Kk (desenho de cágado começa com Ka” (p.29). São descartados também todos os exercícios com desenhos sem palavras que evocavam o som inicial, como por exemplo, os da página 37 e outras (desenhos de dado, dália, dedo, dama, dente) apresentados sem nenhuma relação com o texto, mas com o significante fonema d, após linha divisória entre o texto e o exercício, na mesma página.



No geral, constata-se a retirada de todos os exercícios e de algumas lições, assim como seu deslocamento na seqüência. Estas alterações explicam a diminuição de 42 páginas ao total, na comparação entre os exemplares: de 106 na edição de 1923 para 64 nas outras. Aqui se mistura uma série de fatores que vão além da pedagogia: a padronização das técnicas de ilustração economiza espaços e a retirada de páginas também beneficia custos editoriais. De outra forma, um planejamento gráfico padrão, presente nas edições posteriores, contribui para uma melhor visualização de textos contínuos que, por sua vez, contribui para uma outra linearidade na leitura de iniciantes. Quando, na edição de 1923, uma estampa escolhida “ao acaso”



invade o texto, posicionando-se numa grande extensão vertical, é preciso que o olhar do leitor dê saltos mais bruscos. (p.42 de 1923).

Com relação a margens, na edição de 1923, parece não se permitir espaços em branco. Assim, aparecem, entre outros, diversos recursos gráficos para seu preenchimento: a introdução de linhas demarcatórias para fechar uma lição; a introdução de clichês tipográficos ou linhas descontínuas (87,88,89) sem nenhuma referência ao texto ou aos exercícios, posicionadas no meio de uma página (p. 43/80); a repetição de clichês que não se relacionam ao texto na introdução de alguma lição, em páginas distintas do mesmo livro (p.22, 81) ; a introdução de desenhos no meio das páginas e no meio de textos (p.19); a “amarração da página” feita de linhas e alguns clichês que margeiam estrofes de poesia (p.76); o recurso de emoldurar o início de páginas com clichês deslocados do sentido do texto (p.93) ou início e final da página preenchidos com molduras (p.32).

Esta série de recursos suprimidos nas edições posteriores promovem, por fim, um outro fenômeno: a introdução de características progressivas de livro de leitura graduada, com pouca especificidade na alfabetização. Nos livros em si, não se acham marcas da escolarização tão evidentes, antes presentes no ensino da alfabetização. Por outro lado, numa influência recíproca, a forma discursiva destes livros de alfabetização, que têm como tipo textual a descrição, é também encontrada em livros de leitura graduada destinados à escola mineira.

A influência dos métodos de alfabetização no impresso

Pela leitura do manual que acompanha a *Cartilha Analytica* de 1923 constata-se que eram propostos quatro meses de trabalho no quadro-negro antes da entrega do livro impresso aos alunos. O trabalho do professor consistia em incentivar a observação mediante o uso de estampas ou objetos presentes na sua coleção particular⁹, que se transformavam em textos de pelo menos seis ou cinco frases encadeadas, que viriam como respostas a perguntas dirigidas pelo professor a respeito das gravuras. As crianças decorariam as sentenças e as leriam de baixo para cima e de cima para baixo, reproduzindo oralmente o texto inteiro. Com a mesma estampa haveria uma ampliação das frases a cada nova lição (com descrições mais refinadas dos personagens, suas características e ações). Esta estratégia de produzir textos com as crianças em sala de aula objetivava que lessem primeiro o seu texto, para depois ler textos alheios.

Apenas na 10^a lição, feita ainda no quadro-negro, é que se destacariam as frases que, colocadas em colunas verticais e analisadas em componentes como palavras, possibilitariam a construção de novas frases. Sugere-se que, ao enunciar cada palavra o professor vá indagando: em quantas vezes se profere esta palavra e com que sílaba começa?

⁹ Ou talvez de um repertório de imagens já definido nas instruções do governo de São Paulo, conforme comentário e sugestão de que sejam utilizadas nas primeiras lições “assumpto da lição a estampa das INSTRUÇÕES, isto é, uma menina com a boneca no cólo” (p. 101)

Constata-se que o autor sugere que sejam abordadas todas as consoantes e que se só então se passe a ler os textos *escritos por outrem*, de onde serão selecionadas palavras que serão desmembradas em sílabas que formarão outras palavras novas (com o conselho de que esta divisão em sílabas não atrapalhe a leitura corrente). Segue-se a sugestão, no manual, de que se trabalhe rimas, que se façam comutações de letras iniciais de palavras como *janela, canela, panela* , assim como de letras no meio e final de palavras, para que o aluno perceba diferenças no começo, meio ou final de palavras

Historiadores da leitura vão dizer que as práticas usuais dos professores não deixam rastros facilmente. Assim, podemos dizer que as instruções do autor indicam para práticas que estão fora do livro. Pelas poucas páginas de instruções ao professor dadas por Arnaldo Barreto e mesmo com a presença de exercícios na edição de 1923, vemos que no corpo livro, em si, são mais opacas as pistas sobre como alfabetizar. E assim terminam suas preleções:

“Terminados estes exercícios, que devem ocupar o professor durante quatro mezes, passe-se para o “Meu Livro”¹⁰ ou outro qualquer, compondo-se com os alumnos, como se fez no primeiro passo, cada lição pela estampa respectiva e intercalando-se na historieta todas as sentenças impressas no livro. Também não é mister seguir lição por lição das que contiverem o livro empregado, e sim somente aquelas cujas estampas se mostrarem mais sugestivas. Quando faltarem dois mezes para finalizar o curso escolar, deve-se adoptar francamente um Primeiro Livro de Leitura.

Observação: quer neste livro, porém, como no segundo, não se deve abandonar, embora com medida, a analyse de palavras, de acordo com os passos 2º, 3º, 4º e 5º processo adoptado nestas instruções.” P. 100

A respeito dos comentários do autor, dois pontos podem ser problematizados: a menção a um livro que não sabemos ser ou não da mesma editora. Isto indica uma incipiência de livros, o que sugere não uma concorrência entre títulos, mas o recurso a outras cartilhas. Outro fato marcante no discurso do autor é que a abordagem da análise não deve ser abandonada no decorrer do uso do livro (embora os procedimentos referidos a esta análise não apareçam com tantas distinções no corpo do impresso, mas sobretudo nas instruções). Isto indicia para um uso diversificado de textos, para além dos publicados pela editora e pelo autor? Supõe-se, de outra forma, que é o que se faz antes do livro e não apenas com ele, que alfabetiza as crianças? Estes dados são importantes para verificarmos as últimas pistas de uso que somem nas edições posteriores que analisamos, já que nestes exemplares, são também retiradas as instruções do autor aos professores.

Talvez esta pequena pista nos indique a permanência de dois livros do mesmo autor: *Cartilha Analytica* e *Cartilha das Mães*, ambos contemporâneos, apesar de o segundo ter sido publicado bem antes e com expressivas diferenças nas metodologias utilizadas para alfabetização em cada um deles. A *Cartilha Analytica* apresenta pequenas histórias que somente são fragmentadas em frases após várias lições. Ao contrário, na *Cartilha das Mães*, percebe-se que o trabalho de análise começa na

¹⁰ No manual há um esclarecimento sobre a referência ao livro “*Meu livro*” (que não sabemos se era publicação da Francisco Alves) “incoerentemente” apresentado nas instruções *Cartilha Analytica*, ressaltando-se que, na época, o primeiro estava de acordo com a orientação das Instruções.

primeira lição com a apresentação das vogais e que as lições são mais forjadas em termos de escolha vocabular para chamar atenção para determinado fonema. O que há em comum entre os dois livros é a estrutura das frases, o gênero descrição e a numeração de cada uma delas.

Poderíamos afirmar que a “*Cartilha das Mães*” publicada anteriormente pelo autor tenha sido um primeiro movimento em direção ao método analítico, mas ainda com características dos métodos sintéticos e que a cartilha seguinte radicaliza mais nos princípios do métodos globais. Entretanto, temos a coexistência das duas, por um longo período e, já que encontramos um exemplar da *Cartilha das Mães* em 1956, na 77ª edição, constata-se um fato interessante: o não radicalismo do autor na defesa de propostas, postura tão forte nas disputas pedagógicas contra e a favor de perspectivas metodológicas, por vezes, consideradas excludentes.

Diversidade metodológica ou uma estratégia da editora para atingir vários segmentos de professores, carregando o nome do mesmo autor? Nesse caso, cruzam-se aspectos editoriais e pedagógicos que exercem mútua influência na produção, circulação e uso de cartilhas na alfabetização.

Referências bibliográficas

BATISTA, Antonio Augusto, GALVÃO, Ana Maria e KINKLE, Karina. Livros escolares de leitura: uma morfologia (1866-1956). Revista Brasileira de Educação. Autores Associados. Mai/jun/jul/ag. 2002. P. 27/47

BRAGANÇA, Aníbal. A política editorial de Francisco Alves e a profissionalização do escritor no Brasil. IN: ABREU, Márcia. Leitura, História e História da Leitura. São Paulo. Campinas/SP. Mercados das Letras e Associação de Leitura do Brasil. 1999

CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Tradução Mary del Priore. Brasília: Universidade de Brasília, 1994.

CHARTIER, Roger. *Práticas de Leitura*. São Paulo: Estação Liberdade. 1996

FERREIRA, Orlando da Costa. *Imagem e letra*. São Paulo: Edusp. 1994

CHOPPIN, Alain. O historiador e o livro escolar. Revista História da Educação. Editora da UFPel: Pelotas: 2002 – p. 5 a 24

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. Escolha de livros de alfabetização: dialogando com permanências históricas e com modelos atuais de inovação. História da Educação. ASPHE/FAE/UFPEL, Pelotas, n.14, p.173-193, set. 2003

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva e MACIEL, Francisca Izabel. Cartilhas/pré-livros em Minas Gerais. Produção editorial e ideário pedagógico. XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Salvador. Bahia. Setembro 2002.

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. Um passeio pelo arquivo público mineiro: Estado, autores, editoras e usuários, entre pedidos e remessas e cartilhas em Minas

Gerais, no início do Sec. XX. In: Cdrom do XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. 2003. Belo Horizonte. 2003.

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva e MACIEL, Francisca. Cartilhas de alfabetização e nacionalismo. IN: PERES, Eliane & TAMBARA, Elomar. Livros escolares e ensino da leitura no Brasil (séculos XIX/XX). Pelotas/RS: Editora Seiva/Fapergs. 2003

HALLEWELL, Laurence. O livro no Brasil (sua história). São Paulo. Edusp. 1985

LAJOLO, Marisa e ZILBERMAN. A formação da leitura no Brasil. São Paulo: Ática, 1996.

MACIEL, Francisca I. P. Ler, escrever e contar... a história da alfabetização em Minas Gerais. IN: PERES, Eliane & TAMBARA, Elomar. Livros escolares e ensino da leitura no Brasil (séculos XIX/XX). Pelotas/RS: Editora Seiva/Fapergs. 2003

MCKENZIE, Donald.F. *La bibliographie et la sociologie des textes*. Paris: Éditions du Cercle de la Librairie. 1991.

MORTATTI, Maria do Rosário. Os sentidos da alfabetização. São Paulo. UNESP, 2000.

OLIVEIRA, Cátia Regina G.A & SOUZA, Rosa Fátima. As faces do livro de leitura. Cadernos CEDES, ano XIX, n. 52, novembro 2000. P.25/40

RAZZINI, Márcia. Livros, objetos e práticas escolares em exposição. 2003. (mimeog.)

REVISTA DO ENSINO. Ano IV. N. 35, jul/1929. Belo Horizonte: Minas Gerais

VALDEMARIN, Vera Teresa. Lições de Coisas: concepção científica e projeto. Cadernos CEDES, ano XIX, n. 52, novembro 2000. P.74/87

Livros consultados

BARRETO, Arnaldo. *Cartilha Analytica*. Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte Livraria Francisco Alves. 1923. 22^a ed.

BARRETO, Arnaldo. *Cartilha Analítica*. Livraria Francisco Alves. Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, 1962. 63^a Ed.

BARRETO, Arnaldo. *Cartilha das Mães*. Editora Paulo de Azevedo Ltda - São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

PUIGGARI-BARRETO. *Segundo livro de leitura*. Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte. Livraria Francisco Alves. 38^a ed. 1936